

Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho: 1876-1976*

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das relações de produção no interior da aldeia; das relações meios de produção-propriedade; do habitante da aldeia e das suas relações de trabalho; e do produto desse trabalho, que envolve a questão de excedentes e consumo.

Dados certos controlos sobre a terra e as mudanças verificadas na importância da economia de mercado e de subsistência, juntamente com factores externos, que afectam tanto os recursos básicos como as relações de trabalho, as variações no fluxo migratório podem ser vistas como relacionadas quer com a disponibilidade de trabalho, quer com a de terra.

A adesão da aldeia a uma forma de agricultura de subsistência prosseguiu através de gerações até ao presente. A prosperidade do comércio de gado no século XIX é um reflexo das bases económicas da aldeia — o complexo milho/vaca — comum ao Minho, com as vantagens ecológicas especiais das pastagens na serra para a criação de gado. Além da criação de gado e, no passado, do provável comércio entre as aldeias da serra e as do vale, a aldeia não está integrada na economia de mercado nacional ou regional no seu ciclo de produção; hoje em dia nada é (e antigamente somente o gado o foi) produzido para venda fora da aldeia.

A economia da aldeia é agora, portanto, baseada na subsistência; a produção tem um nível baixo, mas que assegura aos residentes da aldeia as necessidades alimentares básicas — pão, vinho, carne e produtos agrícolas — para cada ano. A ênfase no pastoralismo da economia tradicional, com rebanhos comunitários, libertou a mão-de-obra para os campos, num sistema misto de permuta de trabalho, entre vizinhos, com alguma mão-de-obra paga.

A adesão da aldeia ao que foi chamado *ética de subsistência*, uma espécie de solidariedade moral baseada num direito ao pão nosso de cada dia reconhecido para todos os membros do grupo, é demonstrada por uma série de

* Este trabalho baseia-se em trabalhos de campo intensivos realizados em aldeias dos concelhos de Terras de Bouro e Montalegre, durante o período de 1972-74, com visitas subsequentes em 1976 e outras mais recentes. A aldeia de Bouro é um pseudónimo, utilizado, de acordo com as convenções antropológicas, por cortesia para com as pessoas que generosamente me deram não só informações pessoais, mas também a possibilidade de partilhar as suas vidas. Sinto-me grata pelo apoio financeiro prestado pelo Instituto de Alta Cultura durante o trabalho de campo de 1972-73 e pela Fundação Calouste Gulbenkian, que subsidiou as visitas a Portugal em 1974 e 1976.

factores: cooperação em questões de terras e trabalho, manutenção dos vizinhos doentes pelo trabalho não retribuído dos outros e substituição dos animais de um dos lavradores perdidos por doença por outros oferecidos pelos vizinhos. Dentro das aldeias, os pobres podem confiar na caridade dos membros mais ricos da comunidade e os iguais apoiam-se mutuamente.

Assim, a aldeia mostra a sua auto-suficiência em termos económicos, no que diz respeito à subsistência básica, e também demonstra a sua moralidade como grupo com raízes na terra. A continuidade da agricultura de subsistência «tradicional» não parece ser unicamente um arcaísmo interessante, nem um sinal de atraso crónico, mas antes uma afirmação do instinto de sobrevivência da aldeia, uma segurança que defende a continuidade e a vida de cada lar do grupo e do seu universo moral.

Os controlos pela comunidade sobre as pastagens, as florestas, a água e até as terras que são propriedade individual (com datas estabelecidas para sementeira e colheita comunitárias, etc.) mostram que, até mesmo quando o investimento de trabalho é feito principalmente por cada agregado familiar e a terra é propriedade privada, as funções de empresário são, até certo ponto, exercidas pela comunidade.

Embora, neste trabalho, a maior ênfase seja colocada na análise histórica das relações de produção dentro da aldeia, como esta zona exportou, em graus variáveis, trabalhadores migrantes desde o século XVIII, houve que assumir, até certo ponto, o contexto migratório subjacente a esta situação, cujo interesse está principalmente nas mudanças das relações de produção provocadas por, ou, pelo menos, correlacionadas com, as migrações de trabalho nos fins do século XIX e através de todo o século XX, culminando na década de 1965-75.

No fim do século XIX, os problemas que rodeavam a migração portuguesa não eram diferentes dos da recente «crise». Oliveira Martins propôs em 1887 um decreto destinado a reagir contra os males vindos da agricultura do Norte da Europa:

É essencial que a riqueza de Portugal pertença ao povo português; só assim podemos resolver os nossos três grandes problemas — o da emigração, o do parasitismo burocrático e o do caos financeiro ¹.

Sugeriu a instalação de um banco rural, esquemas de irrigação, repovoamento, crédito rural facilitado, imposição de controlos no parcelamento da terra, direitos de floresta, pesca e águas. Embora a migração da década de 1880 fosse, em parte, uma reacção à praga da filoxera e à queda da principal colheita comercializada, também era um reflexo da precária situação económica geral de Portugal, do aumento do tempo de serviço militar e da política brasileira: as autoridades brasileiras encorajavam então a imigração branca para substituir o trabalho escravo após a emancipação, em 1887, e para aumentar a proporção de sangue branco da população. Entre 1866 e 1889, 309 574 portugueses emigraram para o Brasil, dos quais um terço, 108 280, originários da província do Minho. Os migrantes distribuíam-se de uma maneira muito semelhante relativamente à população total, com Braga, o segundo distrito mais povoado a seguir ao Porto, à cabeça das listas de emigração.

Homens como Oliveira Martins fizeram uma correlação directa entre a emigração e o aumento de densidade populacional:

A emigração não deriva do espírito de aventura, da ânsia de enriquecer, mas, fundamentalmente, da falta de meios de subsistência ².

Embora a mesma correlação directa não seja aceitável na presente análise do problema, ela toca o factor desencadeador, que é tantas vezes esquecido nas explicações mais sentimentais para a emigração, que apontam para «a natureza aventureira do carácter nacional português».

De 1880 a 1930, a emigração portuguesa manteve-se constante, à volta dos 20 000 migrantes por ano (números oficiais), apesar das variações provocadas por mudanças na política interna, por decisões de política migratória dos países estrangeiros e pela crise da economia mundial, que afectou o fluxo de migrantes para a América do Norte. A migração para outros países que não as colónias mostra uma baixa taxa unicamente em 1930-50, por causa da guerra e da recessão, mas, em 1950, a antiga taxa voltou imediatamente, embora com a Venezuela e o Canadá a substituírem em importância os Estados Unidos e o Brasil. Depois de 1955 houve uma migração maciça, tanto legal como clandestina, principalmente para os países do Norte da Europa, que estavam a reconstruir as suas economias a seguir à guerra e sofriam de grande necessidade de mão-de-obra em certas categorias de actividades manuais. A parte do Brasil dos migrantes portugueses baixou de 78,5% nos anos de 1951-55 para 52,6% em 1956-60 e, em seguida, para 8,9% em 1964. Neste mesmo ano, 1964, a França recebeu 58,7% dos migrantes portugueses. Na década de 1960-70, a população total de Portugal e a sua força laboral decaíram; esta última baixou de 3,3 milhões em 1960 para 3,2 milhões em 1970. Houve aumento de população unicamente em 1/6 dos concelhos de Portugal metropolitano; o êxodo rural dirigiu-se directamente para o estrangeiro. Como diz António de Figueiredo, «A emigração, tal como a lotaria nacional e o fado triste, é uma característica nacional» ³.

A migração nos anos 60 tornou-se um fenómeno de incidência profissional diversificada, não se confinando já aos agricultores; tradicionalmente, as áreas rurais mais pobres do Norte e do Noroeste tinham contribuído com a maior parte dos emigrantes, mas, depois de 1971, os camponeses já não eram a maioria. Em 1967, a Junta de Emigração exprimiu preocupação pela emigração de operários, embora as profissões declaradas pelos próprios devam ser tratadas com cuidado, porque os camponeses admitem por vezes ter outras ocupações para estarem mais habilitados a emigrar ⁴. Um fenómeno que tinha sido largamente restringido ao Noroeste de Portugal e aos agricultores espalhou-se no século XX, e especialmente depois de 1950, ao país inteiro e a todos os sectores profissionais, embora com maior severidade nas zonas do interior e do Norte, onde levou a uma «virtual desertificação nalguns distritos, em que um quarto da população total emigrou na década de 1960-70. Já demonstrei noutro local como é que os efeitos tradicionais da migração actuaram no sentido da continuidade da aldeia e das suas instituições: mantendo a viabilidade económica da aldeia, fornecendo dinheiro aos membros

² Oliveira Martins, cit. 1891, p. 220, e artigos sobre a migração portuguesa no *Jornal do Comércio* de 28-30 de Março e 1-5 e 7 de Abril de 1891.

³ António de Figueiredo, *Portugal and its Empire*, Londres, 1961, p. 56.

⁴ *Boletim de Emigração*, 1967.

do agregado familiar que ficavam, para os casamentos e para as terras, e evitando o parcelamento das propriedades. Os indícios colhidos nos registos paroquiais, junto dos informadores e nas genealogias atestam a existência duma constante pequena e migração dos herdeiros preteridos para fora da aldeia a partir do século XVIII, mas é impossível determinar, para período mais recuado, se a decisão de migrar foi tomada devido à falta de herança ou vice-versa. Certamente que, juntamente com tal pequena emigração, houve uma migração de trabalho. Também não é claro para este período recuado se a decisão do migrante foi tomada por acaso e circunstância — uma espécie de desperdício natural da migração de mão-de-obra. A partir de 1900, tanto a emigração como a migração de trabalho se tornaram visíveis na zona. Desde 1900, e, com mais segurança, desde 1960, a ênfase da aldeia é posta na migração de trabalho, em que os migrantes contribuem, quer com dinheiro da migração, quer com trabalho, para o seu agregado familiar e para a aldeia, numa base de alternância que os investe numa espécie de papel de «operário-camponês», que não exige uma mudança total de papéis.

Só a partir de 1960 houve uma migração maciça; agora a aldeia vive de remessas, como nunca antes sucedera, e nisto, pelo menos, é um microcosmo da Nação. Só em 1960 começaram os melhoramentos das casas e alguma modernização, juntamente com alterações dos valores e das expectativas da parte dos residentes na aldeia. Ao mesmo tempo, e acompanhando estas mudanças indiscutíveis, continua a existir a ligação à aldeia e à família, demonstrada pelo fluxo contínuo de remessas, pelas visitas anuais, pela construção de casas e pelos melhoramentos incentivados pelos emigrantes.

A razão por que a migração de trabalho substituiu a tradição de emigração mais antiga e parece ter efectuado alterações de natureza moral e material, que não se verificaram antes de 1960, tem de ser explicada com referência não só a factores internos e externos, ao nível nacional e internacional, factores que se relacionam com a propriedade da terra e as relações de trabalho na aldeia, mas também ao desenvolvimento político e económico fora dela. Este trabalho diz respeito unicamente aos factores internos, embora não ignorando a importância dos factores externos à aldeia.

I. POSSE E TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO INTERIOR DA ALDEIA

Como em todos os outros aspectos da vida da aldeia, não existe nenhuma demarcação clara entre o privado e o público, entre a propriedade individual e as áreas de terras comunais partilhadas. Dentro da aldeia propriamente dita, cada agregado familiar possui a sua própria casa e as *cortes* por baixo dela e, por vezes, por baixo doutras casas também. Só seis das casas mais antigas, anteriores ao século XVIII, têm um pequeno pátio à frente da casa propriamente dita, para onde se entra através dum portal e onde são alojados porcos, coelhos e outros animais domésticos, enquanto outras duas têm dois grandes pátios nas traseiras para o mesmo efeito. A maioria das casas têm entrada directamente a partir das ruas da aldeia, com um lance de escadas de granito que conduz directamente à porta principal e à cozinha.

No Minho, o plano tradicional das casas incluía geralmente um pátio, ou *eido*, à frente da casa que servia de estábulo para o gado e onde se guardavam alfaias, carros e outro equipamento agrícola. No Bouro, a palavra *eido* não é usada neste sentido. Aqui, como em Castro Laboreiro e em algumas

outras aldeias da serra, eido refere-se à própria aldeia, ao *lugar*; significa as ruas da aldeia, sendo eido o chão comunitário da aldeia. A maioria das casas que não têm o pequeno pátio da frente usam a rua para guardar os carros, matar os porcos e queimar o lixo. O eido tem aqui um significado muito particular: significa a povoação, em oposição aos campos ou às serras.

Todos os edifícios da aldeia são propriedade privada, de indivíduos ou de grupos. Todas as residências e os vários tipos de propriedades rústicas, como os *sequeiros* (para secar cereais, feijão ou palha), os *canastros* (para guardar o grão), os *lagares* (para pisar o vinho), as *palheiras* (para armazenar palha) e as *cortes* (para os animais e as alfaías), são propriedade de agregados familiares individuais. Os moinhos pertencem a grupos de famílias. Os três únicos edifícios considerados como propriedade da aldeia inteira são a igreja, a residência do pároco (a qual, na realidade, pertence à igreja, e não à aldeia) e a corte do touro da aldeia (o qual, na realidade, pertence a uma casa, mas é considerado propriedade comunal, porque todos os que têm *fazenda* têm direito de acesso a ele, quando chegar a sua vez).

Devido às complicações das partilhas introduzidas no Código de 1864, poucas são as famílias que têm as suas instalações agrícolas nas imediações da sua residência. A maior parte tem os canastros, ou armazéns de grão, na área da aldeia perto da igreja, onde um grupo de canastros (ou *espigueiros*) se eleva como altos túmulos separados das habitações. Os armazéns de palha, ou palheiras, estão espalhados pela aldeia, porque, em geral, são simplesmente casas desocupadas, cuja utilização muda de acordo com factores sociais, como o tamanho da família, o casamento e a migração, de tal modo que o que há vinte anos foi uma boa casa de habitação pode ser hoje um simples armazém de palha, ou o que há dois anos era um armazém a cair pode ser convertido numa casa de habitação por um migrante de regresso. A maioria das famílias têm, portanto, parcelas de propriedade espalhadas pela área da aldeia, principalmente devido ao sistema de herança. No entanto, há indícios de que os habitantes da aldeia tentam minimizar os efeitos negativos da dispersão do património pela escolha cuidadosa dos parceiros de casamento, pelo celibato de alguns irmãos para proteger as propriedades da família e pela emigração (que liberta algumas terras para venda ou para uso de outros membros da família que não o proprietário) e, nalguns casos, por contravenção directa da lei na nomeação de um único herdeiro ou do espírito da mesma, uma vez que a casa não está incluída na lei; combinam-se vendas fantasmas, por vezes através dos vizinhos, e dão-se terras aos filhos favoritos.

Até às mudanças na lei da herança no século XIX, a vida de família nas aldeias do Norte era baseada principalmente no tronco familiar a controlar as propriedades fundiárias, existindo uma alta taxa de celibato entre os camponeses, com vários irmãos vivendo na casa familiar, cultivando a terra juntos, enquanto as raparigas saíam para casar em casas «iguais», quando podiam, com taxas de ilegitimidade baixas para os residentes e com a emigração e a migração de trabalho restringidas aos filhos que queriam casar e não tinham o futuro assegurado pelas terras da família. As partilhas levaram tempo a ser praticadas nas aldeias das *serras*, mas, em princípio, pelo menos, deram a cada filho um quinhão legal na aldeia. Numa área com nenhuma capacidade de emprego, as partilhas, a serem aplicadas, podiam muito facilmente ter como consequência a migração para ganhar dinheiro, para construir uma casa, para casar e para expandir pequenas propriedades.

As partilhas têm sido encaradas por alguns como estando na origem das mudanças dos padrões de migração, mantendo ligações entre o emigrante e a

sua aldeia natal e encorajando outros a migrar, enquanto as heranças indivisas tiveram mais provavelmente como resultado a pequena, mas permanente, emigração de alguns dos deserdados. No Bouro, os efeitos sociais e emigratórios das alterações das leis aparecem mais lentamente do que nas aldeias das terras baixas, uma vez que os camponeses das serras viram — e continuam a ver — a ameaça que a divisão das propriedades seria para as suas terras e rebanhos.

Muitos, nos fins do século XIX e princípios do século XX, tiveram relutância em acatar esta lei. Agora, que a migração removeu os filhos da aldeia, o equilíbrio das partilhas das heranças toma uma dimensão diferente quando um quinhão maior é por vezes dado a um filho, não com a intenção de manter a quinta economicamente viável, como anteriormente, mas para o tentar a voltar à aldeia, «para que a casa não morra».

As divisões de terras entre os herdeiros são feitas quando ambos os pais estão a ficar velhos ou depois de um deles ter morrido. O chefe da casa dá a volta às suas propriedades com dois vizinhos como testemunhas e faz o inventário de todas as parcelas de terra e dos seus produtos. Por vezes, quando a família pensa que pode haver contestações entre os herdeiros, chama um vizinho perito para fazer o inventário e as divisões em nome do proprietário. Este trabalho não é pago, é feito *por favor*, como um serviço entre vizinhos, apenas sendo oferecidas as refeições ao «perito» durante os dias em que ele dá a volta às propriedades.

Depois de feito o inventário, as parcelas de terra são colocadas em lotes iguais, de acordo com o número de filhos, e avaliadas unicamente segundo o seu produto anual. Num dia que convenha a todos, a família é reunida e os lotes são lidos para ver se todos estão de acordo com a sua equivalência aproximada. Antes de chegar a este ponto, qualquer propriedade que o pai ou a mãe queira retirar do bolo comum e atribuir a um dos filhos é eliminada do rol dos lotes⁵. Depois, os lotes são numerados e os bocados de papel com os números são colocados num boné. Uma criança ou um dos vizinhos neutros tira os lotes em nome de cada herdeiro presente ou ausente. Depois disto presume-se que os herdeiros aceitam o que lhes foi atribuído, mas há muitas vezes queixas e ajustamentos entre eles. Esta forma tradicional de dividir as propriedades é destinada a conseguir a igualdade entre os herdeiros, mas, dado que muitos pais retiram parcelas do inventário total para oferecer a um dos filhos, ou fazem vendas fictícias ao favorito, o sistema é muitas vezes torneado. Algumas propriedades não são divididas durante anos após a morte dos pais porque os filhos não conseguem chegar a acordo quanto à justiça dos lotes.

No entanto, a maioria das famílias resolve os seus assuntos de maneira a conseguir a concórdia. Os filhos sabem muitas vezes previamente quais são as parcelas que lhes caberão, mesmo quando a partilha só é feita depois da morte, ou inactividade devida à velhice, do pai ou do chefe de família. Quando o progenitor sobrevivente é uma mulher, a partilha é, em geral, feita mais cedo e os filhos concordam em fazer à mãe um pagamento mensal de produtos (medidas) — mais recentemente é costume ser um misto de dinheiro e géneros — em troca da herança.

Quando as partilhas são feitas no interior da aldeia, sem notificar as autoridades camarárias, são evitados os impostos de transmissão da proprie-

⁵ Cf. H. L. Levy, «Property distributed by lot in present day Greece», in *Transactions of American Philological Association*, 1956, pp. 42-46.

dade da terra e cada parcela é consistente e deliberadamente subavaliada, para que cada filho possa eventualmente vender o seu quinhão com maior flexibilidade e liberdade em relação às autoridades. Nalguns casos, só um dos filhos tem interesse em receber a casa familiar — por todos os outros já terem casa —, sendo isso aceite sem discussão pelo resto da família. Noutros casos existe um filho claramente com maior necessidade do que os outros — uma viúva, uma mãe solteira, um atrasado mental — e os irmãos concordam que o seu quinhão da herança seja maior, por causa da sua incapacidade de subsistir doutra maneira. As divisões feitas na aldeia deveriam ser registadas na Câmara Municipal para efeitos de impostos. Na realidade, isso raramente é feito, ou só é feito passados anos, de modo que o registo de imposto está incompleto e desactualizado. Desta maneira, os camponeses evitam os impostos, mas, como o seu rendimento colectável é, na maior parte dos casos, muito baixo, não é esta a vantagem real em não registar as transferências de terras; a fuga do registo é, antes de mais, uma forma de recusar o direito de ingerência oficial nos assuntos da aldeia ou da família e também de evitar o pagamento dum notário para cada transacção.

Os funcionários da Câmara sabem muito bem que estas evasões existem, mas não têm processo de verificar as propriedades dos camponeses a não ser procedendo à sua verificação regular no local, o que eles não fazem. Os arquivos ministeriais do período considerado manifestam queixas frequentes na correspondência oficial acerca da impossibilidade de verificar o pagamento de impostos, porque nem toda a gente faz as *escrituras* de venda necessárias e, portanto, os funcionários não sabem quem são os herdeiros de certas propriedades. A correspondência oficial do período de 1930-70 atesta a existência do mesmo problema.

Cada casa tem diferentes tipos de terra em propriedade privada, em vários locais da freguesia, com diferentes funções, correspondendo a diferentes necessidades: algumas *leiras*, faixas ou terraços que produzem a colheita principal de milho ou centeio, vinha e vegetais; algumas *hortas*, para a produção de couves e os vegetais usados diariamente; algumas *lameiras*, faixas para erva; algumas *bouças*, porções de terreno arborizado que também fornece pasto para os animais nos dias secos de Inverno, em que estes podem sair para pastar. Além dos direitos privados, a maior parte das famílias também têm direitos comunitários à pastagem nas serras, à água, à moagem e, algumas, a construir cortiços em terras comunais (ou pertencentes aos Serviços Florestais) e que eram anteriormente *baldios*. Deixando de lado a questão das terras comunitárias (baldios) e a da organização do trabalho, que será tratada em separado, os terrenos agrícolas no Bouro foram divididos nestas quatro categorias desde há, pelo menos, duzentos anos. O milho foi introduzido na zona norte em meados do século XVII, mas a maioria dos *canastros/espigueiros* data do período entre 1710 e 1717, sugerindo uma introdução mais tardia do trigo nesta região. A batata chegou um pouco mais tarde e Link regista o seu cultivo no fim do século. Portanto, no século XVIII encontramos a introdução de duas culturas básicas capazes de sustentar uma população mais numerosa.

Dividida em quatro categorias quanto à utilização funcional, para efeitos de divisão de heranças, a terra é dividida segundo dois critérios: o de utilização agrícola — seca, com água ou arborizada; e o de senso comum — terra de boa ou má qualidade. A cada herdeiro que vai receber terras é dado um pouco de tudo, alguma boa, alguma má, alguma seca, alguma com água, alguma com árvores. De outra maneira, o fim de possuir terras — que é a sub-

sistência económica e a auto-suficiência — não seria cumprido. As políticas de *emparcelamento*, reagrupamento de propriedades, ocasionalmente mencionadas em decretos governamentais que dizem respeito à agricultura do Norte, têm sido consideradas, mas nunca aplicadas nesta área⁶. O sistema de *leiras* funciona como um arranjo económico racional, devido à ausência de alternativas na região: isto é, enquanto a comunidade aldeã não estiver integrada numa economia de mercado e utilizar a terra unicamente para subsistência e auto-suficiência⁷. Dado o actual estado fragmentado das propriedades da aldeia e por causa da recente lei de 1975, os camponeses tentam não as dividir ainda mais por herança, e também tentam, através de compras e vendas, conseguir uma exploração agrícola mais económica, que envolva menos desperdício de trabalho para si e para os seus animais. A propriedade da terra no Bouro, embora mantendo basicamente o mesmo sistema que existe há várias gerações, tem, portanto, uma certa fluidez, o que significa que o tamanho das explorações se ajusta ao ciclo doméstico — casamento, nascimento dos filhos e eventual separação de «ramos laterais» do «tronco» de família, com a adição de complexidade pelo factor migração influenciando o poder de compra de cada nova família e a capacidade de permanência das famílias antigas que possuem terras na aldeia desde, pelo menos, 1560.

A aldeia do Bouro e, na verdade, grande parte do concelho diferem do que é geralmente considerado como tipicamente minhoto no que diz respeito à propriedade fundiária, porque não existem casas senhoriais na aldeia, nem caseiros. Não há registo de nenhum membro de qualquer outra classe, excepto o «lavrador», que possua terras no Bouro, à excepção, claro, da igreja.

Os caseiros levantam outra questão completamente diferente. É certo que hoje em dia nenhum proprietário do Bouro emprega caseiros, mas torna-se evidente, a partir dos registos paroquiais e de conversas com os habitantes, que isto é um desenvolvimento relativamente recente devido à migração. No entanto, no que diz respeito ao presente etnográfico, o aldeão está certo ao descrever a sua comunidade como essencialmente igualitária, na medida em que os agregados familiares baseiam a sua subsistência na propriedade da terra e todos a possuem ou têm a ela acesso, embora em graus variáveis.

A variação no tamanho das propriedades é evidente, mas difícil de documentar, dada a falta de registos de propriedade precisos, a ausência total de mapas cartográficos e a natural relutância em discutir o assunto quando existe vantagem pessoal em deixar a posse da terra pouco clara oficialmente. Uma vez que não existe um *cadastro* oficial, a única forma de identificação dos prédios é através do pagamento de impostos sobre as propriedades; inúteis em qualquer análise exacta, porque estão desactualizados e errados, são reveladores de muitas anomalias interessantes. Se uma propriedade for comprada em vez de herdada, o imposto fiscal é de 8%, não sobre o preço de venda, mas sobre um preço imputado igual a vinte vezes o valor do *rendimento* — que, por sua vez, é teórico e fixado pelos funcionários locais. Os registos de impostos fundiários contêm muitas referências a terras sob a designação de «artigos anulados» ou «anulado por desconhecido», quer dizer, terrenos ou propriedades que simplesmente desapareceram. Nalguns casos,

⁶ As tentativas de *emparcelamento* no Norte nos anos 60 foram, de facto, confinadas a uma pequena área em Ponte de Lima e Vila Verde; só foram afectados cerca de 480 ha.

⁷ Em 1974 não havia escola secundária, nenhum banco, hospital ou fábrica no *concelho*: houve algumas mudanças desde 1976.

isto pode referir-se a uma árvore cortada e que já não existe ou a uma parcela que agora está debaixo de água. Em princípio, se o imposto correspondente a um dado artigo de propriedade não tiver sido pago, é da responsabilidade de um funcionário da Câmara ir à aldeia e averiguar o que se passa. Se o dono morreu, é da responsabilidade desse funcionário descobrir o proprietário actual e a propriedade. Na maior parte dos casos, não são encontrados nem um nem outro. Os proprietários fazem o emparcelamento das terras sempre que podem; removem as demarcações, chegam a acordos não oficiais com os vizinhos, tudo isto sem notificação às autoridades. Tudo o que puder ser combinado entre vizinhos sem interferência oficial é-o, e as terras simplesmente desaparecem através do acordo entre vizinhos e fora da interferência oficial. As *partilhas* são feitas dentro da aldeia, outra maneira de evitar pagar o notário e mais impostos. O registo oficial dos impostos fundiários está desactualizado, baseia-se em avaliações antiquadas e, por tudo isto, não representa a realidade. No entanto, alguns impostos são pagos e a maior parte das parcelas de terra têm alguma espécie de referência no registo oficial de impostos.

Se os camponeses não sabem quanta terra possuem em termos de medidas, as autoridades também o não sabem, porque não existe cadastro para o Norte de Portugal⁸. Este foi começado nos anos 30 e até agora cobriu unicamente a área de latifúndios do Sul e a região central, a leste de Leiria. As contribuições prediais, quando são pagas, baseiam-se num breve censo fundiário oficial realizado no concelho de Terras de Bouro em 1926. No entanto, não há mapas nem fotografias aéreas a acompanhar mesmo este registo inadequado e as propriedades não são descritas em termos de medidas precisas. A sua localização é determinada pelas unidades adjacentes e pelo nome local da zona de que fazem parte. Torna-se impossível, em muitos casos, encontrar certos terrenos sobre os quais incidem os impostos, porque, com as transmissões da propriedade através das gerações, devidas a casamentos, trocas ou vendas, as parcelas estão ainda mais divididas, ou então aumentam de tamanho através de aglutinações não registadas. O actual registo dos impostos fundiários é, portanto, a única declaração oficial sobre a dimensão das propriedades da aldeia; está atrasado 40 anos e, de qualquer modo, foi feito apressadamente e sem rigor. As estatísticas oficiais, nesta como noutras áreas, não são de confiança e são incompletas. Têm, no entanto, alguma utilidade para ajudar a construir uma gradação teórica de variações de propriedades entre agregados familiares, numa comunidade em que os proprietários se dizem todos iguais em estatuto e têm igual interesse na posse da terra.

Segundo os registos oficiais, a Matriz Predial Rústica, estão registadas como sendo propriedade privada na freguesia, em 1975, cerca de 3800 parcelas de terreno. Quase nenhuma mudança se vê em cinco anos — 1970-75 —, unicamente um aumento de 7 parcelas, comparado com os cinco anos anteriores — 1965-70 —, em que se verifica um aumento de 26 parcelas. Poderia parecer, segundo esta fonte, que o processo de fragmentação da terra estava a

⁸ Excepto para os concelhos de Viana e Mogadouro, que pediram eles próprios que o cadastro fosse feito. Se o IGC continua com os métodos e a velocidade actuais (3-4 concelhos por ano), levará 300 anos a acabar (IGC, entrevista, Agosto de 1976). A situação dos impostos é, portanto, imprecisa; alguns são baseados em cadastros regionais anteriores a 1930; as contribuições no Norte são fixadas fazendo a média das superfícies e distribuindo-a pelos residentes. Todas as contribuições aumentaram nos últimos anos, mas as taxas dos impostos ainda são ao nível nacional.

chegar ao fim, porque as novas referências só podem significar divisão de terrenos antigos, uma vez que não há acesso a terras novas desde a instalação da política da venda de *baldios*, no princípio deste século. Estas 3800 parcelas, todavia, não estão divididas igualmente entre os residentes da aldeia que possuem terras, apesar das ideologias igualitárias, fortemente sentidas e frequentemente verbalizadas, da comunidade. (Ver quadro n.º 1.)

Distribuição das propriedades na aldeia

[QUADRO N.º 1]

Unidades de terreno	Proprietários
< 5 unidades	105
6-10	35
11-15	10
16-20	16
21-25	2
26-30	3
31-35	2
36-40	1
41-45	1
45-50	2
> 5 unidades	5
Total	182

Fonte: Matriz Predial Rústica.

[QUADRO N.º 2]

Impostos pagos em 1975 (escudos por ano)	Número de indivíduos
< 20	11
20-50	16
50-100	4
100-200	5
200-300	2
300-400	5
400-500	2
> 500	4
Total	49

Estes números mostram que a grande maioria das pessoas que possuem terras no Bouro têm, de facto, muito poucas — 140 das 182 possuem menos de 10 leiras cada, o que não chega para a subsistência. Mas, como foi apontado acima, o registo oficial tem aqui muito pouco a ver com a realidade. Dado que em 1976 existem unicamente 45 agregados familiares residentes no Bouro, a maioria dos quais não tem mais de dois adultos, o número de 182 proprietários de terras é muito alto. Alguma da discrepância é devida à emigração e aos residentes do Bouro que trabalham fora da aldeia, mas continuam a lá possuir terras. Mas um juízo impressionista, embora não superficial, sugere que a discrepância é devida a «falcatrúas» de qualquer tipo. Em geral, deixa-se a terra registada no nome do antigo proprietário tanto tempo quanto possível, isto é, até que a insistência oficial ou algum acidente requeira um novo registo em nome do proprietário actual. Portanto, algumas das

peçoas que estão registadas como proprietários e pagando impostos, na realidade já morreram há muito tempo. Os camponeses, acidentalmente por serem analfabetos, ou deliberadamente, podem registar as terras de várias maneiras, mantendo assim as suas propriedades abaixo do limite taxável: deste modo, dos 182 proprietários registados, só 39 pagam impostos; outros 10 pagam unicamente impostos sobre a casa porque não possuem terras.

Pode ter-se alguma ideia das parcelas possuídas por agregado familiar através do quadro n.º 3, onde as unidades «possuídas» pela mulher e pelo marido (registadas quer em seus nomes, quer nos de parentes mortos ou em qualquer outro nome) foram adicionadas para dar uma ideia aproximada do estado actual da propriedade no Bouro, que corresponde melhor à realidade do que o quadro que os números oficiais apresentam.

**Parcelas de terreno possuídas pelos agregados familiares
actualmente residindo na aldeia, 1975-76**

[QUADRO N.º 3]

Número de parcelas	Número de agregados familiares
< 80	1
60-80	2
40-60	9
20-40	9
10-20	3
1-10	13
Sem terra	3
Total	40

Dos 45 agregados familiares representados na aldeia, o estatuto de propriedade de terra de 5 deles é desconhecido, porque estão num estado de transição; incluem 2 famílias que deixaram recentemente a aldeia, ao que parece, para sempre, e estão a vender terras; 2 famílias que voltaram recentemente para a aldeia e estão a comprar; e um casal, presentemente no estrangeiro, cujas terras estão a ser trabalhadas por familiares. Dos 40 agregados familiares cujas propriedades podem ser reconhecidas aproximadamente, 21 possuem mais de 20 parcelas, o que é certamente suficiente para a sua subsistência. Das 6 famílias que possuem menos de 20 parcelas, só 3 não têm acesso a quaisquer outras terras; os chefes de família são mulheres, 2 das 3 são viúvas que não poderiam trabalhar mais terras mesmo que as tivessem. Os 13 agregados familiares que parecem não possuir terra nenhuma incluem uma grande variedade de pessoas, algumas com proventos em dinheiro, como o dono da loja da aldeia (um homem que casou lá e cuja mulher tem acesso a terras, mas não possui nenhuma), pessoas solteiras, pessoas de idade que vivem de pensões e de dinheiro mandado pelos filhos, 2 casais que vivem dos rendimentos de investimentos feitos com dinheiro da migração e da expropriação e outros, aparentemente sem qualquer meio de subsistência e incluindo 3 casais de idade, classificados como *pobres* e que vivem mais ou menos da caridade da aldeia. Das 13 famílias que não possuem terras, 8 têm, portanto, proventos em dinheiro, de indemnizações, pensões, remessas de migrantes ou salários; só 5 agregados familiares são aceites pelos habitantes como pobres, os 3 casais idosos e 2 casais mais novos, com filhos. Os que não têm terras podem cultivar alguns bocados, se o pedirem, para produzir

vegetais e alimentos para si próprios. Dada a alta taxa de emigração nas duas últimas décadas, os 21 agregados que possuem mais de 21 parcelas têm, em muitos casos, mais terra do que aquela que podem cultivar; portanto, o acesso à terra já não é um problema na aldeia e alguns dos que têm mais do que o que podem utilizar, devido à falta de braços, ou à velhice, deixam de boa vontade os outros fazerem culturas, na maioria dos casos sem pedirem renda, unicamente esperando uma porção nominal do produto ou ajuda recíproca, quando necessária. Os emigrantes ausentes no estrangeiro permitem que os membros da família usem as suas terras como entenderem e, portanto, neste momento não há falta de terras na aldeia, nenhum problema de acesso a elas e as poucas famílias que não possuem nenhuma podem, de facto, trabalhá-las também, se forem capazes. Excepto os pobres, alguns, embora não possuindo terra oficialmente, têm acesso à que pertence a parentes no estrangeiro, ou a familiares idosos que vivem na aldeia. Em 1976, um casal de retornados, cuja mulher tinha família no Bouro, voltou para se instalar «temporariamente» depois de 30 anos em África, enquanto esperavam para ver que oportunidades lhes seriam oferecidas pelo Estado. Os seus familiares deram-lhes terrenos para cultivar, pelos quais não pagam renda, embora ajudem a família nas épocas de mais trabalho.

É interessante verificar que há terra disponível para os que a quiserem, o que é pouco provável que tenha sido o caso há quinze ou dez anos atrás, quando toda a terra da aldeia estava a ser cultivada e existiam regras estritas que controlavam o acesso à terra pelos estranhos à aldeia. Hoje em dia, muitos dos lavradores com propriedades relativamente grandes cultivam unicamente entre metade e dois terços das suas terras e o resto é deixado a monte e utilizado só para pastagem.

Não só, em certos casos, a terra é, neste momento, mais acessível a estranhos, como também há indícios sugerindo que a terra tem sido comprada e vendida entre residentes desde há já um certo tempo. Tomando uma amostra das entradas no registo de impostos fundiários e observando a aquisição de terra de quatro maneiras diferentes, verificamos que um terço das unidades (314 das 1000 adquiridas no período de 1946-75) foram compradas e os outros dois terços mudaram de mãos pelos três outros meios legais ou oficiais de registo de terras: *partilha, processo e requerimento* — várias formas de herança/transfêrencia de terra.

Talvez isto seja um pouco surpreendente numa comunidade que noutros aspectos apresenta todos os sinais do «corporativismo fechado», tomado como paradigma de comunidades aldeãs remotas, não inseridas no mercado. Não existem dados estatísticos precisos para o período anterior a 1946, mas, segundo os informadores, parece que a terra foi comprada e vendida entre residentes a partir dos fins do século XIX, embora a uma taxa que é impossível de avaliar por falta de dados. Não seria, contudo, surpreendente que este padrão fosse comum a muitas sociedades rurais do Sul da Europa, onde existe uma antiga tradição de emigração e migração e, portanto, de acesso a proventos monetários. Há uma tendência na literatura antropológica para assumir uma estabilidade nos arranjos de propriedade da terra, como se o camponês estivesse «amarrado» à sua terra, e, na verdade, existem por vezes costumes locais que tornam esta inalienável. As vendas de terras no Bouro demonstram o facto de, pelo menos aqui, os camponeses ganharem a vida o melhor que podem dentro das alternativas que se lhes oferecem, alguns mais constrangidos do que outros pelos factores emocionais, económicos, familiares ou sociais. As vendas de terras na aldeia durante os últimos 5 anos

(1970-75) mostram muito claramente os diferentes objectivos dos indivíduos, dependendo da maneira como avaliam as suas próprias oportunidades de vida. 15 pessoas do Bouro compraram terra na aldeia durante os últimos cinco anos. Destas, 4 fizeram um investimento substancial, comprando 7 a 12 leiras duma só vez. 2 delas são migrantes que regressaram. As outras são mulheres viúvas, chefes de família que não têm outra alternativa senão ficar na aldeia e assegurar a segurança possível, para si mesmas e para os seus filhos. Os outros 11 compradores, alguns ex-migrantes, outros não, continuam a comprar parcelas de terra adjacentes às suas terras, ou compram quinhões aos irmãos a um ritmo constante, ou então compram unicamente um terreno específico de que precisavam ou que desejavam possuir — por outras palavras, racionalizam as suas propriedades. A compra de terrenos na aldeia reflecte a gama completa de razões pelas quais qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode querer comprar terra — para subsistência, para segurança, como investimento financeiro, ou simplesmente porque se gosta da vista. O custo da terra, se for vendida, depende do estatuto do comprador — parente, vizinho ou estranho. Em 1973, quando a terra mudava de mãos entre vizinhos por 8\$-10\$ o metro quadrado, pedia-se 5 vezes esta quantia aos «estranhos» que tentavam comprar terra na freguesia. 16 indivíduos compraram terrenos na aldeia durante o período de 1960-70 e 32 de 1946 a 1960. Com uma única excepção, tratava-se de pessoas que já possuíam terras na aldeia, em alguns casos propriedades razoáveis, que procuravam racionalizar ou simplesmente aumentar. A excepção era uma mulher solteira que precisava de alguma terra para a sua subsistência. Enquanto a motivação individual para a compra varia, o resultado — aumento da propriedade fundiária — traduz-se, obviamente, em segurança e, em alguns casos, em maior prestígio e mais elevado estatuto social. O habitante rural do Norte de Portugal, se tem algum dinheiro livre, não tem grandes hipóteses de investimento, a não ser a terra. Os camponeses mais ricos, os que fizeram bastante dinheiro com a migração, cujas famílias não são demasiado grandes ou cujos filhos já são adultos, mudam-se, por vezes, para outras áreas e compram grandes quintas nos concelhos vizinhos. Outros preferem ficar na aldeia e compram mais terras, vendidas pelos que partiram ou que estão demasiado velhos para as cultivarem, mesmo que uma grande parte tenha de ficar a monte por falta de mão-de-obra. Embora se deseje salientar o movimento livre da terra, é preciso ser-se cauteloso, porque algumas das transacções são muito claramente maneiras de evitar exigências oficiais de qualquer espécie ou de combinar as divisões das heranças; algumas das vendas são feitas entre irmãos, outras entre cunhados. É, no entanto, impossível quantificar a extensão deste movimento, que deveria ser separado das «vendas reais», dada a total inexistência de dados oficiais sobre propriedade fundiária e a dificuldade de avaliação da importância deste tipo de trocas. Parece que as verdadeiras vendas costumavam ser pouco frequentes, embora houvesse algum comércio entre os membros duma mesma família para ajuste de porções de herança.

II. UTILIZAÇÃO DA TERRA

O ciclo anual tradicional de actividades relacionadas com a terra e a produção continua, apenas ligeiramente alterado pelas recentes mudanças socioeconómicas circunstanciais; as que houve nos últimos anos foram mais quan-

titativas do que qualitativas. Enquanto o sistema de agricultura permanece essencialmente inalterado, o número das pessoas que nele trabalham declinou, assim como a área cultivada.

Os camponeses desta zona de transição entre Trás-os-Montes e Minho, nas serras do Gerês e do Barroso, têm estado tradicionalmente tão envolvidas na pastorícia como na agricultura. Existe uma óbvia interdependência económica entre as duas; os animais de carga são essencialmente para lavrar e para o transporte neste terreno rochoso em terraços, mal servido de estradas; o seu estrume é necessário como fertilizante, tanto no passado, em que não eram conhecidos os adubos químicos, como actualmente, em que estes são aceites em princípio, mas demasiado caros para o uso corrente. O milho e o centeio produzidos para a alimentação humana constituem também a dieta básica para os animais. O complexo vaca-milho é um fenómeno ecológico inseparável nesta área montanhosa do Norte de Portugal. Embora o tratamento dos animais requeira a maior parte do esforço de trabalho, sem vacas a aldeia não teria pão. As vacas são também um meio de guardar a riqueza e de a ganhar através de vendas de gado, dinheiro que pode ser depois usado para comprar terra. Como diz o ditado local: «Não há casa sem gado nem coroa», isto é um padre.

Até há pouco, as famílias possuíam mais do que os quatro animais necessários para lavrar. Os que sobravam eram criados para venda à porta da quinta ou na feira local, eventualmente para matar nas cidades de Vieira ou Braga, ou para animais de carga noutras aldeias. Da análise dos registos paroquiais resulta que o auge da actividade pastoril do Bouro se verificou durante o século XIX, continuando até aos princípios do século XX. Os habitantes da aldeia tinham então maior contacto com as aldeias do Norte e do Este, para além das terras, por causa da sua existência semitransumante. Foi só num período mais recente que estes contactos se quebraram, por razões que serão consideradas mais tarde, e agora os laços estabeleceram-se principalmente com o Oeste — as aldeias do rio, na estrada que liga Braga ao Porto, e, eventualmente, através da migração, com Lisboa ou os países do Norte da Europa e o Novo Mundo.

Nos últimos anos, a actividade pastoril entrou abruptamente em declínio, que continua a verificar-se. As pessoas já não têm tantos animais, já não são economicamente dependentes das vendas de gado como única fonte de dinheiro. Mas, tal como com as actividades agrícolas, a mudança até agora tem sido quantitativa, e não qualitativa. Todas as casas ainda têm algumas vacas, embora menos do que dantes, e continuam as suas práticas pastoris centenárias, apesar de a transumância propriamente dita ter desaparecido desta área. O gado ainda tem um grande valor sentimental, embora a dependência em relação a ele para a subsistência tenha diminuído. Durante os meses de Inverno, o gado fica na aldeia, no andar térreo da casa, a *corte*, funcionando inclusivamente como fonte de calor para a família, que vive por cima. As cortes pertencem sempre à casa que lhes está por cima, mas, em circunstâncias especiais, podem ser usadas por outros agregados familiares: por exemplo, um lavrador, à medida que o seu rebanho aumenta e ele precisa de separar as fêmeas das crias, pode usar as cortes dum vizinho para algumas das suas cabras. Não há dinheiro envolvido neste arranjo, uma vez que o vizinho fica com o estrume das cabras de graça e este é considerado particularmente bom para o milho. Ocasionalmente, algumas casas utilizam cortes que pertencem a membros da família ausentes. Em Maio, todo o gado vai para as pastagens na serra, onde fica até ao São Miguel, em manadas comu-

nais, guardado segundo um sistema estrito de rotação por um homem de cada agregado familiar, que «vai matar formigas com as costas» (pastorear). A ordem pela qual as pastagens da serra são usadas é a mesma desde os registos mais antigos do século XVI, excepto nos locais em que os Serviços Florestais expropriaram terras ou proibiram a pastagem. E, mesmo nestes casos, o povo lutou para manter alguns direitos de acesso. O gado é sempre mudado de um prado murado para outro, segundo uma rotação estrita. Os cercados são grandes prados com água na serra, formados pelas grandes chuvas retidas pela base granítica. Todos eles são fechados por formações de rochas naturais ou por antigos muros de granito, pedra sobre pedra, mantidos pelos aldeões através das gerações. As pastagens podem alimentar várias centenas de cabeças de gado ao mesmo tempo. Os filhos recebem o conhecimento das pastagens e da serra dos seus pais e os limites da freguesia nas serras são marcados por pequenas cruces ou pedregulhos. Todos os homens da aldeia conhecem os limites e a ordem das pastagens, excepto os rapazes novos, o que mostra que é unicamente nesta geração (de há dez anos a esta parte) que esta informação começou a não ser transmitida por ter perdido o valor. Várias aldeias mandam os animais para a mesma pastagem na serra, de acordo com regulamentos fixados pelos costumes.

Agora, ninguém do Bouro passa a noite na serra, mas a *roda* é mantida, na medida em que os homens vão ver, durante o dia, se os animais estão em segurança e se não andaram por lá lobos durante a noite. Até há pouco tempo, a antiga roda do gado, à volta da qual muita da vida da aldeia se organiza, assegurava que todas as noites dois homens guardassem os animais do possível ataque dos lobos. Os filhos herdavam dos pais a sua ordem na roda, que funcionava da seguinte maneira: cada casa que tinha duas vacas era obrigada a dar um homem para passar duas noites na serra durante o Verão; mas não duas noites consecutivas, porque a *roda geral* continuava até que todas as casas tivessem fornecido um «pastor» e depois recomeçava. A seguir começava a roda de três, quatro, etc. O número de noites que qualquer homem tinha de dar dependia do número de animais que tinha na manada. O pastor era substituído à hora de jantar, antes de cair a noite, pelo seu sucessor, para quem o segundo homem, que ficava desde a noite anterior, preparava a ceia: ficava sempre uma panela, canecas e malgas na cabana, mas cada homem trazia as provisões necessárias para fazer a ceia para si e para o seu companheiro, antes de descer à aldeia. Durante a noite acendia-se uma fogueira em frente da cabana para dar calor e para afastar os lobos. Durante o dia, o pastor tinha de verificar se os muros estavam seguros e se faltavam animais. Ele era responsável por qualquer perda que ocorresse durante o período da sua vigília e tinha de compensar o proprietário se qualquer animal morresse ou ficasse ferido. E também tinha de «estradar as cabanas» todos os sábados: quer dizer, queimar as giestas que faziam de cama para si e para os seus companheiros, por causa das pulgas e piolhos, e substituí-las por outras frescas; cada pastor levava o seu cobertor de lã para a serra. A maior parte dos homens da aldeia falam com prazer das suas noites na serra, que só eram estragadas quando apareciam lobos enquanto dormiam, que eles sabiam lhes ocasionariam considerável prejuízo.

Por causa da falta de mão-de-obra na aldeia, especialmente de homens novos, devido ao serviço militar e à migração, o gado é agora (1976) deixado andar livremente nas pastagens da serra (*ao feirio*), mas a roda ainda assegura a visita à manada de um homem por dia, que a muda quando a pastagem começa a parecer gasta. Mas agora o pastor já não é responsável se um ani-

mal morre ou é ferido durante o seu dia de serviço — é o dono quem suporta o prejuízo. Dantes, quando um animal era ferido, o pastor descia à aldeia para chamar vizinhos que o ajudassem a trazê-lo para baixo: se não podia ser curado, era morto, a carne era distribuída e pagava-se ao dono. Os animais têm todos nome e a verificação de que todos estão no cercado é feita, não por contagem, mas porque o pastor faz a roda mentalmente e, olhando a manada, verifica se as vacas de cada uma das casas estão presentes. Se falta uma vaca, o pastor sabe qual é e a quem pertence e pode avisar o dono se o animal não tiver aparecido quando chegar a sua altura de voltar à aldeia.

As cabras formavam um rebanho semelhante, mas não eram confinadas em cercados. «Bota a rez à vezeira» era o grito para que os donos de cabras mandassem os seus rebanhos para a rua. *A vezeira da rez* (incluindo machos e fêmeas, *reixelos e cabras*) era guardada por três pastores, dois dos quais tinham de ter mais de 20 anos e o terceiro mais de 15. A roda incluía todas as casas, tal como a roda do gado, com cada homem a dar uma noite de serviço por cada 20 cabras que tinha no rebanho comunitário. Agora existe unicamente um rebanho de 143 cabras na aldeia; pertencem a um migrante que voltou e é, como ele próprio admite, «louco por cabras». Outros camponeses têm sido desencorajados da manutenção de rebanhos de cabras: primeiro, pela política dos Serviços Florestais, que tornaram difícil o acesso a certas partes da serra; segundo, por manobras políticas da Câmara; terceiro, pela falta de rapazes para tomarem conta dos rebanhos e pelo aumento da ameaça dos lobos.

A maior parte dos homens com menos de 30 anos, casados ou solteiros, estão, na realidade, fora da aldeia, no Canadá, em França, no Luxemburgo, na Alemanha ou na Venezuela; alguns, poucos, voltaram à aldeia desde 1974, mas temporariamente, especialmente os que perderam os empregos durante as restrições em França, e todos os que foram forçados a regressar têm a intenção de voltar a emigrar logo que puderem.

Em 1973, todo o gado ia para as altas pastagens no mesmo dia, mas não num rebanho comunitário, como sempre tinha acontecido anteriormente. Muitos homens ressentiram amargamente esta quebra das tradições e foi feita uma reunião da Junta para que isto não voltasse a acontecer. Nos dois anos seguintes, o rebanho «subiu», como de costume, mas em 1976 houve outra vez uma divisão e o rebanho subiu para as pastagens em dois ou três grupos. Alguns homens mais novos acharam que já não tinha importância, porque as pessoas já não possuíam grande número de vacas e o espectáculo da manada conjunta já não era tão excitante como costumava ser. Esta quebra da tradição poderá ser interpretada como a infiltração do individualismo numa comunidade previamente baseada numa economia de subsistência e numa agricultura organizada comunitariamente e que agora entra numa moderna economia de mercado, abandonando, portanto, os costumes comunitários. Isto seria em parte verdade, na medida em que a presença de estranhos na vizinhança próxima fez muitos habitantes da aldeia sentirem-se envergonhados com os seus «costumes antiquados», o que é, em parte, responsável por certas tensões e divisões numa comunidade onde dantes existia uma grande coesão. Mas não seria verdade dizer que a aldeia está economicamente integrada em qualquer economia local de mercado, no que diz respeito às actividades de produção. Outra explicação possível é que o gado já não tem um papel tão importante na vida da aldeia. Ainda tem alguma importância porque contribui directamente para a produção básica de alimentos, mas as pessoas já não dependem das vendas de gado como única fonte

de dinheiro, vendas de gado que foram principalmente substituídas pelas remessas. A falta de mão-de-obra não significa unicamente falta de gente para o pastoreio, mas também menos erva que é cortada nas pastagens baixas. O número de vacas depende directamente do *feno* que existe; por exemplo, em 1976, um homem reduziu o número das suas vacas de 4 para 2 porque nesse ano só tinha conseguido 3 carros de forragem, em vez de 9, como no ano anterior. Também se dá o caso de a migração significar a ausência prolongada, exagerada pela partida para o serviço militar, antes de 1971, dos jovens por um período de vários anos. As actividades tradicionais que rodeiam o gado — a manada comunal, as noites partilhadas na serra, assim como as festas que dizem respeito às colheitas — perderam a cerimónia que era possível pela existência de muitos braços e de sangue novo, e, deste modo, o prazer que estava associado ao trabalho muito árduo e o animava quando era feito em conjunto por velhos e novos. Parece que é mais a ausência dos jovens, o aumento do peso do trabalho para os que ficam e a consequente ausência de festividade, juntamente com a diminuição da importância económica do gado, que são responsáveis pela erosão gradual das práticas comunitárias tradicionais. De certo modo, a emigração manteve a comunidade da aldeia separada da integração em qualquer economia de mercado local; a única alternativa económica — a expansão do seu comércio de gado, dantes florescente e agora decadente — nunca recebeu apoio oficial e não existem, na verdade, nenhuma infra-estruturas no concelho que encorajem qualquer ideia de expansão.

O gado foi até há pouco a principal riqueza não fundiária dos camponeses desta região. É uma ironia que, agora que os lavradores deixaram de criar tantos animais, devido a um conjunto de factores locais, os preços das vacas no comércio da região tenham aumentado incrivelmente por razões externas ao mercado local. Enquanto em 1972 um lavrador tinha sorte se conseguisse obter 2000\$ por uma boa vaca, pode agora (1975) obter 17 000\$ (e em 1976 os preços subiram até 25 000\$ por uma boa vaca). Os vitelos com menos de 1 ano podem presentemente atingir o mesmo preço que uma boa vaca de trabalho ou de criação atingia há cinco anos (3000\$). Os habitantes da aldeia encaram isto como mais uma prova da sua pouca sorte e do tratamento injusto que lhes é dado pela sociedade exterior à aldeia: que um grande aumento no preço dos vitelos coincida, no caso deles, com a decadência dum população envelhecida que não pode aproveitar desta situação.

Nos últimos anos, a criação de gado como fonte de dinheiro foi substituída pelas remessas dos emigrantes. O comércio de gado ligava o Bouro a outras aldeias das serras de Amarela, Barroso e Cabreira e às aldeias dos vales. Através dele, a aldeia estava envolvida numa rede mais larga de relações sociais, principalmente com outras aldeias da serra no Norte de Portugal e outras para lá da fronteira com a Espanha. As relações económicas faziam parte dum complexo mais amplo, que envolvia laços de amizade e casamento e um ritual local comum. Os habitantes das aldeias do Minho, de parte de Trás-os-Montes e de Espanha encontravam-se em certos lugares de peregrinação e nos festivais religiosos locais durante o ano litúrgico (também partilhavam, até certo ponto, os mesmos curandeiros peripatéticos, bruxos e exorcistas). Não havia intermediários nas vendas de gado. Os lavradores iam individualmente às feiras de Ponte da Barca e de Ponte de Lima, ou às aldeias mais pobres, comprar vitelos para criar nas suas pastagens mais ricas da serra, para depois serem vendidos, quer nas aldeias, como animais de trabalho, quer nas pequenas cidades, para abate. Este tipo de economia monetária-

ria não alterava basicamente o isolamento e a independência da comunidade aldeã. O dinheiro que aí chegava através das vendas servia para pagar os impostos, as despesas dos casamentos e aos trabalhadores agrícolas que vinham trabalhar na aldeia. Os próprios camponeses acusam a emigração da ruína do comércio de gado, na medida em que a destruição das redes sociais e dos contactos de negócios herdados foi devida à ausência de membros da família no estrangeiro. Ao mesmo tempo, a retirada da terra de mão-de-obra barata torna a manutenção das manadas mais difícil. Enquanto, nos meados da década de 60, cada casa tinha entre 9 e 14 vacas, a maioria agora só tem 3 e a casa mais rica da aldeia tem 7. As famílias que trabalhavam a terra, mas não possuíam nenhuma, desapareceram do Bouro e a importância dos animais na economia local está também a desaparecer rapidamente, devido à falta de mão-de-obra causada pela migração e pelo serviço militar.

Com a eliminação do interesse pelo gado houve um enfraquecimento do comunitarismo, que também foi notado por outros autores que visitaram esta parte do Norte. Isto parece ser uma característica relativamente recente, datada dos anos 60 e que se intensificou nos anos de 1972-76. Não parece improvável que a base para a estrutura de comunidade estreitamente organizada destas aldeias na serra fosse o seu sistema económico misto de subsistência e pastoreio. Na época em que ser um membro completo da comunidade da aldeia implicava possuir gado (quem tinha terra tinha forçosamente gado também), a ênfase nas manadas comunais, guardadas por uma roda rígida de pastores de cada casa que tinha fazenda, tinha o seu corolário no mecanismo de controlo social, a ameaça de *deitar fora do vizinho*; qualquer vizinho que se recusasse sistematicamente a cumprir as regras da comunidade podia ser *expulso* — deixava de ser um membro da comunidade —, o que queria dizer que os seus animais não podiam fazer parte da manada comunitária; a pior sanção para um vizinho não cooperativo era: «Podes tratar das tuas vacas sozinho.» Ninguém que tivesse terras e animais podia suportar ser ostracizado deste modo da cooperação económica da vida da aldeia; portanto existia uma tremenda pressão sobre o indivíduo para que se conformasse e aceitasse os desejos da maioria, ou então que deixasse a aldeia. Agora que o gado já não tem um papel tão importante na sua vida económica, o habitante da aldeia, embora funcionando dentro do mesmo sistema de valores, já não se sente tão constrangido pela sanção económica máxima e está mais livre para tomar as suas decisões individuais e fazer a sua escolha, quer esteja de acordo com as decisões da maioria, quer não. O desaparecimento do gado como principal fonte de rendimento monetário e como principal riqueza não fundiária da aldeia ameaça realmente, em última análise, a coesão desta e talvez a própria existência da comunidade, tal como se conhece até agora.

Embora quase todas as famílias da aldeia possuam terras e todas as pessoas capazes as trabalhem, nenhum produto agrícola é vendido fora da aldeia. Quanto a esta concentração exclusiva na subsistência, a aldeia era típica deste concelho: em 1968, dum total de 1754 empresas agrícolas no concelho, que incluía efectivos pecuários de cerca de 4572, unicamente 4 produziam leite para vender (e o número de vacas envolvidas na produção de leite era 4), outras 90 eram criadas unicamente para a produção de carne e as restantes eram de animais de trabalho, mas que também produziam vitelos para vender⁹. Mas podia-se dizer que não havia nenhuma produção comercial de

rações num concelho onde toda a gente trabalhava a terra. (Mesmo em 1975 não existia nenhuma fábrica dentro dos seus limites.) Em 1970 existiam no concelho unicamente 21 propriedades com mais de 20 ha, todas dirigidas pelo proprietário e divididas, em média, em 13,5 leiras. Destas propriedades, só 2 tinham acesso a veículos motorizados, carros ou tractores, durante todo o ano. Mesmo entre estas grandes propriedades, 12 produziam só para consumo e 9 vendiam alguns produtos no mercado — principalmente hortaliças e fruta, em quantidades insignificantes. Nas aldeias da serra a norte e a este do concelho, uma zona que está agora parcialmente incluída no Parque Nacional da Peneda e Gerês, não existem propriedades de mais de 20 ha e todas as actividades económicas agrícolas estão devotadas à subsistência. Aqui na serra, o número médio de leiras numa propriedade é maior do que na zona mais baixa do concelho — 18,7 leiras em vez de 13,5. Portanto, a aldeia do Bouro é típica da sua área imediata, no seu sistema de posse da terra, com os seus campos fragmentados¹⁰ e dispersos e a sua ênfase na subsistência.

Considerando o País como um todo, antes de 1974, 96% das explorações agrícolas portuguesas tinham menos de 20 ha e unicamente 3% tinham mais, mas incluíam 63% do total de terra agrícola. A ênfase era fundamentalmente na subsistência; nas explorações abaixo dos 20 ha, cerca de 70% dos produtos agrícolas iam unicamente para a subsistência e, mesmo nas propriedades maiores, com mais de 20 ha, cerca de 28% da produção ia para a subsistência. Este quadro, embora pouco preciso, ajuda a perspectivar a aldeia, que, apesar da sua situação semi-isolada na serra, reflecte o quadro agrícola geral duma área muito mais vasta do seu concelho e da maior parte do Norte interior.

A maior fragmentação das propriedades na serra é, até certo ponto, aliviada pela migração, que diminuiu a pressão sobre a terra, deixando que houvesse mais terra disponível para cultivo do que gente para a trabalhar. Portanto, na prática, muitos lavradores deixam a monte as terras mais distantes ou menos produtivas e trabalham unicamente os bocados mais perto da casa, que muitas vezes, na realidade, lhes não pertencem, mas lhes são «emprestados» em combinações informais com parentes no estrangeiro.

III. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Enquanto, em algumas zonas do Norte, na costa entre Viana e Esposende e na área do vale do Douro, as empresas agrícolas dependem largamente dum sistema de rendeiros e parceiros, nesta área, a principal fonte de trabalho é a unidade familiar. Em 1972, num inquérito a 114 aldeias desta região serrana, 90% das terras (46 264) eram ocupadas e trabalhadas pelos seus donos em regime de conta própria; só 6,7% eram cultivadas segundo o sistema de partilha da colheita (parceria) e só 3,2% tinham contratos de arrendamento. Muito poucos lavradores tinham caseiros no passado recente: agora ninguém quer trabalhar sob contrato de arrendamento, dada a atracção alternativa da migração. Até à Lei do Arrendamento Rural de 1975, os caseiros desta parte do Norte faziam contratos verbais por um período de cinco anos, *à terça* — um terço do produto para o dono, dois terços para o caseiro. Enquanto, hoje em dia, 90% da terra é trabalhada pela família, a maior parte das casas costumavam recorrer a trabalhadores pagos para ajudar no tra-

¹⁰ Amorim Girão, *op. cit.*, p. 315.

balho familiar, até à hemorragia rural dos anos 50 e 60. Até há pouco tempo havia duas categorias de trabalhadores agrícolas: *criados* e *jornaleiros*. Da Galiza vinham, no século XVIII, trabalhadores temporários para construir ou reparar os terraços no monte, tal como em todo o resto do Minho. Mesmo nas cidades, os galegos eram muito frequentes entre os trabalhadores. Como em 1816 comentou um viajante francês a respeito das docas do Porto, «Tout ce que travaille est galicien». Os jornaleiros e criados são mencionados pela primeira vez nos registos paroquiais na década de 1860-70; durante todo o século XIX, os jornaleiros aparecem nas listas de nascimentos, casamentos e óbitos, principalmente nas últimas, em números suficientes para darem alguma ideia da sua importância na economia local.

A primeira menção aos criados é feita em 1867, quando uma criada deu à luz um filho ilegítimo; a última foi a morte dum criado em 1952. A referência aos criados nos registos não é tão frequente como a dos jornaleiros. Isto pode explicar-se pelo seu sistema de recrutamento e pela sua estrutura de emprego e papel na economia local. Os rapazes entre os 12 e os 15 anos eram empregados numa casa a troco dum pequeno pagamento anual e do fornecimento de roupa, calçado e comida; mudavam de aldeia até atingirem o estádio em que podiam esperar ganhar um verdadeiro salário e sustentar-se a si próprios. Deste modo, escapavam evidentemente aos registos paroquiais, que é a única maneira de ter alguma ideia da sua importância numérica na aldeia. Pelo que os habitantes dizem, é evidente que a maioria das casas usavam os dois tipos de mão-de-obra desde que há memória. As mulheres que têm agora 50 ou 60 anos tinham tanto criados como jornaleiros, que ajudavam no trabalho da terra, enquanto os maridos estavam emigrados nos Estados Unidos ou na América Latina e os filhos eram pequenos. Era também em parte por esta razão que se preferiam rapazes novos para criados, embora pareça que também existiam homens mais velhos disponíveis para este serviço, uma vez que os rapazes não constituíam uma ameaça à respeitabilidade dessas mulheres casadas jovens que viviam sem os seus maridos durante longos períodos de tempo. Os criados viviam e comiam com a família, embora dormissem muitas vezes nos estábulos, e não com os filhos da casa; no entanto, se a família era numerosa; e uma vez que só recentemente é que as casas começaram a ser divididas em áreas separadas para dormir e para viver, os rapazes da casa iam muitas vezes dormir para os estábulos ou palheiros, separados das irmãs. O sistema de empregar jovens como mão-de-obra barata — na verdade, eles ganhavam pouco mais do que o sustento em troca do seu trabalho — era uma maneira de ocupar os desempregados rurais, quando existiam empregos e as crianças eram numerosas; a maior parte dos criados parece terem vindo das famílias mais prolíferas das aldeias mais pobres. Os jornaleiros vinham de todo o lado, das aldeias junto ao rio, das serras a norte e a este e mesmo das zonas agrícolas mais ricas do Sul.

A utilização de trabalho assalariado, quer de criados, quer de jornaleiros, era vulgar, pelo menos de 1850 a 1950, e é preciso dar alguma explicação para a adopção deste sistema de trabalhar a terra numa área que agora parece ter orgulho no seu igualitarismo e homogeneidade. Esta explicação tem de ser hipotética por falta de documentação. Uma vez que o *milho* veio para Portugal no século XVII e que a maioria dos espigueiros datam dos princípios do século XVIII, sugerindo a sua difusão mais tardia nesta área, podem-se tentar ligar estes factores da seguinte maneira: a introdução do milho, seguida da batata na geração seguinte, permitiram que uma população maior se mantivesse com menos esforço. Ao mesmo tempo, a produção maior de

milho obrigou a uma modificação nas práticas tradicionais: foi preciso construir novos tipos de armazéns para manter o milho a seco, especialmente nesta zona de colheitas tardias, geadas que começam cedo e fortes chuvas. As casas tiveram de se expandir para acomodar as novas e maiores colheitas de cereais e tiveram de ser construídas de maneira diferente, com área de secagem e pátios para desfolhar, malhar e guardar o grão. Nos meados do século XVIII, depois duma geração de crescimento da população, a pressão na terra coincidiu com novas oportunidades abertas nas colónias portuguesas. O fluxo dos jovens das aldeias do Norte não mais parou desde então, embora a velocidade do êxodo rural tenha variado através das gerações. Durante todo o século XIX, aqueles que tinham deixado a aldeia foram substituídos, em termos económicos, por trabalhadores das aldeias ou de condição mais pobre. Só no período de 1950-70 a migração das aldeias em que a emigração é tradicional atingiu proporções tão epidémicas que até os que aparentemente não tinham meios nenhuns, vindos de famílias que tinham até aí fornecido a mão-de-obra barata para substituir os filhos ausentes dos lavradores, se resolveram também a sair, deste modo privando as aldeias do Norte de qualquer mão-de-obra agrícola jovem. A indiferenciação em termos de classe no Bouro dos nossos dias é um resultado directo desta falta de mão-de-obra excedentária que foi consumida pelo processo migratório. As famílias que sempre tinham pago a trabalhadores até dez ou quinze anos não conseguem encontrar ninguém que queira ser criado e não podem de modo algum pagar os salários actuais dum jornaleiro. Muitas aldeias estão neste momento reduzidas às suas dimensões originais dos séculos XVI ou XVII, devido à migração e subsequente falta de mão-de-obra. Noutros lugares, a emigração e a migração reforçaram desta maneira as antigas instituições comunitárias, como único meio de sobrevivência. A maior parte dos trabalhos agrícolas recaem agora sobre a família sozinha, dada a falta de braços livres na aldeia. O facto de as unidades de terra serem tão dispersas também afecta por si só a composição dos grupos de trabalho; em geral, o trabalho é feito pela família nuclear mais os irmãos de um dos pais que vivem na casa e, ocasionalmente, por avós também. Frequentemente, o grupo de trabalho é formado só pelo marido, pela mulher e por todos os filhos em idade de ajudar; as irmãs que não vivem na mesma casa ajudam-se muitas vezes umas às outras, numa base de troca informal de trabalho, e os cunhados trabalham juntos também, uma vez que têm muitas vezes terras confinantes, através da partilha do património da família de suas mulheres. Nestes casos, os homens cooperam muitas vezes integralmente, jungindo as vacas, levando os carros para os campos e fazendo as colheitas juntos. Deste modo, com as irmãs e os seus maridos, os grupos de trabalho nas sementeiras e nas colheitas — as épocas em que é preciso mais mão-de-obra —, pode chegar-se a um número de 6 ou 8 pessoas, como nos tempos anteriores à grande migração dos anos 60.

IV. VENDAS DE TERRA E EMIGRAÇÃO: MUDANÇA DE ATITUDES EM RELAÇÃO À TERRA

A terra muda de mãos através de vendas tanto como através doutros quaisquer meios de aquisição de terras; as vendas afectavam aproximadamente um terço das unidades no período de 1946-76. Construir uma casa e comprar terra são as maneiras como os camponeses do Minho utilizam as poupanças adquiridas na migração, se o migrante tem a intenção de reinves-

tir na sua comunidade de origem. É de esperar observar que, nos últimos anos, os migrantes tenham monopolizado as vendas de terras, uma vez que têm acesso a maiores quantidades de dinheiro do que os outros membros da comunidade, que também querem aumentar as suas propriedades fundiárias.

Embora os que têm comprado as unidades de terra mais substanciais nos últimos vinte anos sejam migrantes, outros membros da aldeia têm continuado a aumentar as suas propriedades, embora de forma mais modesta. O movimento da terra através das vendas deve tanto ao ciclo doméstico da família camponesa quanto à maior afluência e desejo de prestígio da parte dos migrantes. O facto de o número de habitantes da aldeia que compram terras ter diminuído desde 1945 é devido ao grande aumento do valor e do custo da terra e ao declínio do seu papel como segurança exclusiva para muitos. A motivação individual para a compra de terra e a sua dependência do ciclo doméstico podem ser vistas mais claramente quando se olha para os compradores do período de 1970-76. Os dois compradores migrantes voltaram recentemente do estrangeiro e estão a aumentar as suas propriedades na aldeia por opção, tendo a intenção de nela se instalarem definitivamente. Ambos têm filhos pequenos e tinham apenas pequenos terrenos herdados de seus pais. Um deles adquiriu noções de moderna agricultura no Canadá e só compra sistematicamente parcelas de terra que confinem com as outras, para as trabalhar com o seu novo tractor. Uma senhora, que já cultivava muitas terras, comprou mais 10 parcelas nos últimos anos. O seu pai, com quem ela vive, já tem mais de 80 anos e o seu marido está prestes a aposentar-se. Quando o pai morrer, a sua propriedade, neste momento trabalhada principalmente por ela e pelos filhos, vai ser dividida por ela e pelas irmãs, pelo que a sua motivação é continuar com tanta terra após as partilhas como a que ela agora cultiva. António, que por si tem pouco interesse em trabalhar a terra, comprou a do seu irmão, desde que este deixou a aldeia. Enquanto um dos migrantes comprou a casa e a melhor porção de terra, António comprou o resto, para «lhe fazer um favor» e aumentar as propriedades para os seus três rapazes. Duas pessoas compraram terreno para construir uma casa com um pequeno quintal à volta. Dois homens compraram pequenas leiras para arredondar o que já possuíam, parcelas adjacentes, e uma viúva comprou algumas pequenas parcelas para «assegurar a velhice» com dinheiro mandado pela sua filha migrante. As motivações expressas para comprar terra são portanto muito individuais e continuam a ser baseadas principalmente na segurança para si mesmo, para o agregado familiar, para os filhos — a sobrevivência da continuidade numa aldeia que à superfície está em mudança devido à migração. Enquanto alguns migrantes voltam e aumentam o seu quinhão na aldeia comprando terra, outros exprimem o seu afastamento final da aldeia vendendo a sua parte da herança, geralmente dando opção aos irmãos, ou, se estes não estiverem interessados, fazendo uma venda em hasta pública na aldeia. A terra não pode ser uma fonte de prestígio se não houver quem a cultive; a terra não produtiva não tem nenhum mérito numa sociedade camponesa de subsistência. Enquanto cada agregado familiar necessita dum mínimo básico para garantir a sua própria subsistência e manutenção, numa época em que já não existe mão-de-obra barata sem terra disponível e em que não há mercado local, ninguém deseja produzir excedentes e a maioria das famílias têm terra que chegue para serem auto-suficientes durante todo o ano. Portanto, para a maior parte dos compradores, pelo menos nos últimos dez anos, a compra de terras tem sido mais uma questão

de arredondar as propriedades, de as racionalizar ou de constituir um pequeno excedente de terra, de tal modo que, depois das partilhas que se seguem à morte dos pais, cada filho tenha o suficiente para começar, quer queira trabalhar a terra, quer não.

A terra já não é um factor de prestígio para a maioria dos habitantes da aldeia; é antes razão de «vergonha» ver a sua boa terra a monte, por falta de gente para trabalhar. Todos os residentes mais velhos têm suficientes terras para a sua subsistência e muitos têm mais do que o que podem cultivar competentemente sozinhos, agora que os filhos estão em França, no Luxemburgo ou no Canadá. A falta de pessoal tornou o que dantes era um motivo de orgulho e talvez, também, uma questão de prestígio numa *miséria*, numa *vida de escravo*, com os velhos, sozinhos nas suas casas, a continuar a trabalhar terras que dantes davam emprego a grandes famílias inteiras, com jornaleiros e criados também. Aqui a migração não foi provocada por fome de terra.

Enquanto, dantes, a posse de terra suficiente chegava para se ser classificado de rico, agora isso já não é verdade e o interesse da família em juntar parcelas de terra através de «bons» casamentos enfraqueceu e foi substituído pela consciência de que o que é importante para a unidade familiar é a sua capacidade de ganhar dinheiro — para um nível de vida melhor, para construir uma casa, comprar um carro —, o que significa que, para muitos residentes na aldeia, um bom marido é agora um migrante nas zonas onde as fontes alternativas de rendimento em dinheiro são raras. Ao mesmo tempo, o grupo que fica em Portugal é baseado na terra; a base familiar permanece a mesma e no Bouro, pelo menos, o que permanece após gerações de migração é a flexibilidade das explorações camponesas e da comunidade aldeã.

A mobilidade geográfica através da migração cria para os indivíduos a ilusão de mobilidade social, embora a maioria dos migrantes continuem firmemente implantados na classe dos trabalhadores manuais; a ilusão em si é importante numa sociedade em que a mobilidade social e profissional efectiva tem estado contida há tanto tempo e em que há uma forte e rígida distinção entre os que trabalham com as mãos — especialmente a terra — e os que o não fazem. A rigidez da estrutura de classes em Portugal e a fractura aguda entre a vida urbana e rural acentuam a sensação de impotência e de privação do camponês, que só através da migração e da emigração pode escapar à negligência ou ao paternalismo — as duas atitudes dominantes que a sociedade urbana portuguesa lhe oferece. As casas e as boas roupas são índices de mobilidade social e também símbolos de prestígio. A migração é para o camponês português uma maneira — talvez a única — de ganhar prestígio. Enquanto, em França, o imigrante é um trabalhador no fundo da escala, poupando tostão a tostão durante todo o ano, em Portugal torna-se uma espécie de fidalgo-lavrador, que possui terra e não a trabalha e que gasta com ostentação o dinheiro, arduamente ganho. O êxito só pode ser completamente apreciado quando demonstrado perante os seus pares na aldeia, na medida em que eles continuarem a ser o grupo de referência importante pelo qual o migrante guia o seu comportamento.

Para as aldeias temporariamente abandonadas pelos migrantes, a migração significou uma certa modernização sem urbanização nem industrialização. Culturalmente, a migração pode implicar continuidade, tanto como mudança.

Dada a falta de industrialização do Norte rural e a falta de desenvolvimento urbano ou rural durante tanto tempo, a mobilidade social foi calculada

em termos da antiga estrutura social não modificada. Mobilidade, prestígio, obrigações familiares, sobrevivência da comunidade e modernização — tudo isto encontrou resposta na migração. A maioria dos migrantes investem em casas ou terras — as terras que pertenciam à geração mais velha de emigrantes para as Américas, cujos filhos não as cultivam — ou em contas de depósitos a prazo: a maior parte do dinheiro das remessas é gasto a melhorar o nível de vida mínimo dos que ficaram, a construir uma casa decente se as estradas o permitirem e a educar os filhos para «trabalho limpo e bem pago». Aqueles — especialmente homens casados — que tencionam voltar à aldeia falam em termos de viver das suas terras como um suplemento dos rendimentos das poupanças feitas no estrangeiro ou de pensões. Desde 1970 que o aumento na construção e nos melhoramentos de casas deu uma injeção de emprego aos artesãos locais e um impulso temporário à economia do concelho. As primeiras chaminés nas casas apareceram em 1973; até lá, o fumo da lareira escapava-se através das fendas entre as telhas ou da porta aberta. As novas mobílias, compradas na cidade, fogões a gás, televisores, tudo isso apareceu depois de 1973 — em resultado directo da chegada da electricidade à aldeia (e do dinheiro disponível), porque dantes, como dizem os habitantes, «nem víamos a pobreza que era». A migração também implicou algum investimento, embora pequeno, em maquinaria agrícola; em 1974 não existia nenhuma na aldeia, mas, em 1976, duas famílias de ex-migrantes possuíam os seus próprios tractores e várias casas usavam bombas de água para irrigação dos campos. Apesar de o investimento em maquinaria ainda não ter aumentado a produção, aliviou o peso do trabalho agrícola — uma das condições que os jovens põem para ficar na terra. Uma carga de tractor equivale a quatro cargas de carro e significa uma poupança de três quartos do tempo e do trabalho nas épocas muito trabalhosas das sementeiras e das colheitas. No entanto, os tractores ainda não substituíram as vacas; as duas famílias com tractores mantêm as suas vacas como «principal fonte de rendimento». Não houve mudança nos produtos cultivados, apesar da variada experiência dos migrantes no estrangeiro. Uma leira com água — suficiente para produzir o centeio necessário para o pão de uma família durante um ano — vale neste momento cerca de 10 000\$; custava 20\$ há trinta anos. Ao nível nacional, à medida que os migrantes compram terra como segurança para o regresso, os seus valores aumentam, enquanto os rendimentos que dão diminuem e a produtividade continua baixa sem melhoramentos na tecnologia. A adesão aos antigos valores da importância da posse da terra enfraqueceu em outras zonas europeias de migração endémica, mas continua firme em Portugal.

Comprar terras na aldeia faz sentido no contexto da adesão do seu habitante a uma ética de subsistência, que ele retém mesmo sendo um operário da Renault. Uma quinta, mesmo pequena, mantém uma família durante gerações. O emprego da mão-de-obra familiar está assegurado; funciona como um seguro para a família e confere um certo prestígio na sociedade rural. A exploração familiar tem uma função útil, social e economicamente, «que se manifesta melhor em tempos de insegurança, falta de alimentos e desemprego generalizado ou de expansão económica mínima».

Neste momento há também na aldeia grandes mudanças sociais e de valores, que afectam as ideias acerca da terra e do casamento, do tamanho da família, da idade a que se deve casar e do que espera para os filhos. Estas mudanças nas ideias acerca da família e do seu papel devem eventualmente retroagir sobre a economia da aldeia, numa situação em que há cada vez

menos braços disponíveis para a terra. Nenhum jovem quer agora casar com alguém com grandes propriedades agrícolas, porque isso lhe cortaria a liberdade de migrar. Os homens podem casar mais cedo, graças à migração, embora muitos prefiram não o fazer.

As atitudes em relação à terra mudaram até certo ponto nos últimos anos, por causa da migração. Enquanto há vinte anos era considerado excelente possuir tanta terra quanta a que se conseguisse, desde os anos 60, com certeza, as pessoas mostram-se mais interessadas em que as suas filhas casem com um homem com possibilidades de ganhar dinheiro do que com alguém com muitas terras. No entanto, ainda é considerado como um indicador de riqueza possuir terras e um homem é «rico» aqui se tiver «poucos filhos e muitas terras». Os que as têm, mesmo que os seus principais rendimentos provenham da emigração ou de qualquer outra ocupação, como um pequeno negócio, uma loja ou um café, sentem-se na obrigação de continuar a trabalhar a terra que possuem, mesmo que, na realidade, possam comprar toda a sua alimentação. *Para fazer bons homens dos seus filhos tem de os fazer escravos*, é uma opinião corrente. É preciso educar os filhos de modo «a saberem o que é que custa a vida», mesmo se a esperança geral é que eles possam, através da educação, evitar a «miséria» que é a vida do camponês. Uma mulher cujo marido tem um salário e o rendimento dum café continua a gastar a maior parte do seu tempo a trabalhar a terra e, criticando uma vizinha, comentou: «Eu também podia ser como ela e não trabalhar tanto nas terras, mas a minha vida é aqui na aldeia e, enquanto assim for, prefiro viver como sempre vivi. Parece um pecado ter terras e não as usar — mesmo que não se queira semear e mondar e tudo isso como eu faço, pode-se sempre pô-la só para erva e vacas, mas não a usar de todo... uma desgraça.» Outra mulher, cujo marido é migrante, declara gostar da liberdade de trabalhar no que é seu; «aqui ninguém manda» é outro sentimento frequentemente expresso entre os que escolheram continuar a trabalhar arduamente, mesmo quando a sua situação económica lhes permite não o fazer. Até que ponto se podem tomar estes comentários, feitos livremente pelos habitantes da aldeia, como as razões reais para continuarem um modo de vida que oferece tão poucas compensações? Isto é em parte um sinal da actual ambivalência nas atitudes em relação à terra. Educados numa sociedade em que a terra era a única segurança e o único modo de vida, é difícil adoptar novas atitudes na meia-idade, mas, ao mesmo tempo, os que ganharam dinheiro através da migração ou da venda de crias consagram uma proporção considerável dele à educação dos filhos, para assegurar que eles tenham ocupações alternativas à sua frente, e à compra de terras. Embora forçando os filhos a assumir responsabilidades na terra desde os 10 anos, para aprenderem «quanto custa a vida», preferem que as filhas casem com um homem com um emprego, em vez de um que possua terras de mais e as transforme nas «escravas» que também foram, e preferem que os filhos aprendam um ofício ou uma arte que só os vai levar para longe da terra e das suas aldeias. A ausência de jovens causada pela migração já acabou com a festa que dantes aliviava o tédio da vida na aldeia e os estudantes do liceu ou da universidade que regressam de férias só com relutância retomam as suas tarefas agrícolas, porque já adoptaram os valores dos portugueses «de colarinho branco», com o seu desprezo pela vida rural e o trabalho agrícola, o que só introduz ainda mais ambiguidade.

Vendo a aldeia numa perspectiva histórica, as suas relações terra-trabalho parecem ter feito um círculo completo; partindo dum sistema que combinava a rotação de responsabilidades e tarefas estritamente observado e

o trabalho comunitário, foi até ao desenvolvimento dum comércio de gado em pequena escala local, que necessitava do emprego de mão-de-obra de fora, com a reversão para a utilização de trabalho exclusivamente familiar, após a migração em massa nos anos 60 que remove a mão-de-obra excedente da aldeia. Dois aspectos deste desenvolvimento económico merecem destaque: primeiro, a continuidade das famílias que possuem terras desde o século XVII, como o *núcleo* de famílias da aldeia; segundo, o facto de não se tratar unicamente duma questão de factores de produção — isto é, vacas em vez de tractores —, que leva ao desenvolvimento ou à estagnação duma economia, mas também de outros factores, entre eles a disponibilidade e o controlo da mão-de-obra. Foi o equilíbrio em mudança da mão-de-obra dentro da aldeia que encorajou tanto a «modernização» como o «tradicionalismo».

A terra continua a ser importante, como o património que suporta o agregado doméstico e lhe dá a sua continuidade; desta maneira, ela continua a ser um meio de definição social, tanto quanto um meio de produção¹¹. Como Goody observa na sua discussão sobre «transmissão divergente» — a transferência de propriedade tanto para as filhas como para os filhos (através de herança, doação ou dote) nas sociedades agrícolas baseadas na sementeira —, a transmissão de terra aos filhos é uma parte importante da manutenção dum estatuto quando a posse de terra é um factor primordial na determinação do *status* social¹². Mesmo quando a terra se transforma praticamente num fardo, quando existe, como na maioria das sociedades camponesas, terra insuficiente para uma agricultura comercial efectiva e mão-de-obra inadequada para a explorar completamente, a insegurança impede o seu abandono. Como diz Andrew Pearse numa frase lapidar, «É ao mesmo tempo colete de salvação e mó de moinho».

Actualmente, os membros da aldeia ou grupo da terra estão, até certo ponto, unidos num universo moral; a reciprocidade cobre todas as acções de um vizinho para com outro: dar brasas para acender uma fogueira pode mais tarde trazer algumas batatas para o almoço; cinco tostões dados a um pedinte produzem uma alface meio murcha alguns dias mais tarde. As refeições e parte da colheita são o pagamento conveniente dos dias de trabalho dados «por favor» a um vizinho. Juntamente com a adesão a uma «ética de subsistência», os habitantes da aldeia continuam a defender valores igualitários; o método do rol sorteado de lotes para determinar os quinhões da herança, mesmo que, por vezes, parte do património seja excluído do bolo comum, é uma indicação duma *ideologia* igualitária.

Apesar da propriedade privada da terra e do facto de a principal fonte de mão-de-obra ser a unidade familiar, o trabalho tradicionalmente organizado ou realizado numa base comunitária cobria todos os aspectos da vida na aldeia e na serra — pastoreio, sementeira, colheitas, debulha, construção de estradas, irrigação. O controlo da comunidade sobre os recursos de base era, e ainda é, forte — sobre a terra, os animais e a água. Mesmo apesar de a terra e os animais serem propriedade privada, a função de administração ou

¹¹ Henri Medras, «Analytical Framework for the peasantry of Western Europe», in *Peasant Studies Newsletter*, vol. 1, n.º 4, 1972, pp. 126-138.

¹² Goody refere-se à Inglaterra do século XVIII, em que as ocupações de *status* inferior estavam predominantemente associadas à não posse de terras e as ocupações de *status* superior eram um emprego a tempo parcial dos homens que possuíam terras. Ver E. P. Thompson, «Patrician Society, plebeian culture», in *Journal of Social History*, 1974, pp. 384-393.

empresarial é, até certo ponto, embora menos do que antigamente, realizada conjuntamente pelos cabeças-de-casal. Existe claramente um acesso diferencial à terra e ao equipamento e há graus na posse da terra, mas esta diferenciação diz respeito principalmente ao gado; porém, mesmo aqui, o seu comércio tem sido contido dentro dos limites dos modos de produção existentes e a criação de gado tem sido sempre subsidiária do principal propósito do camponês de assegurar as necessidades de sua família em grão.

Dentro da aldeia, a diferença entre os que tinham terras e os que as não tinham parece ter sido bastante rígida, com um núcleo de famílias mantendo as suas propriedades através das gerações. Mas, visto no contexto mais alargado da região, o abismo entre proprietários e trabalhadores pode ter sido muito menor; os jovens criados originários das famílias mais pobres tornavam-se, mais tarde, jornaleiros ou migrantes e, idealmente, pelo menos alguns, casavam e voltavam ao trabalho do campo. É difícil ver criados, trabalhadores e lavradores como classes separadas, embora formem grupos sociais distintos no interior duma aldeia; são antes estádios sequenciais na circulação de mão-de-obra.

Apesar da migração, a falta de capital e a pobreza de infra-estruturas significam que há poucas oportunidades para os habitantes das aldeias se lançarem na experimentação económica. Numa situação em que «fazer sopa» quer dizer fazer uma refeição e em que os alimentos dos homens e dos animais são, em grande parte, intermutáveis (batatas e cereais), o conservantismo era natural. Como Eugen Weber observa ao falar dos camponeses franceses nos fins do século XIX, «Não foram as tradições que impediram a mudança; foram as condições e as circunstâncias que impuseram os métodos tradicionais e que os mantiveram até que elas próprias fossem mudadas»¹³. A recente migração de Portugal já modificou algumas condições rurais, mas a aldeia organizada à volta da agricultura de subsistência e de certas formas de permuta de trabalho e de partilha comunitária de tarefas agrícolas ainda age como uma associação de socorros mútuos. Como disse um habitante depois do 25 de Abril, «Dizem que agora a riqueza vai ser dividida; aqui não há riqueza, só pobreza, e essa sempre a dividimos».

¹³ Eugen Weber, *Peasants into Frenchmen; the modernisation of rural France*, Londres, 1977, p. 120.